

Fé, Razão e o "Espantalho" Cético: uma análise crítica da refutação de Agostinho ao Ceticismo Acadêmico.

João Victor de Melo Lopes, Rodrigo Pinto de Brito

Este resumo detalha a estrutura e as principais conclusões desse trabalho, intitulado, "Fé, Razão e o Espantalho Cético: uma análise crítica da refutação de Agostinho ao Ceticismo Acadêmico", fundamentando-se nas análises do diálogo "Contra os Acadêmicos" e no comentário crítico de Blake Dutton. Esse trabalho investiga a trajetória intelectual de Agostinho de Hipona, marcada pela busca de uma verdade absoluta após suas experiências com o maniqueísmo e o ceticismo acadêmico. O foco central é a obra "Contra os Acadêmicos", escrita em Cassiciaco, logo após sua conversão, onde ele confronta as ideias da Nova Academia (Arcesilau e Carneades). Os céticos defendiam a impossibilidade de alcançar a ciência e a necessidade da suspensão do juízo (epoché) para evitar o erro, propondo o "provável" como guia para a ação. Agostinho contrapõe-se a essa visão através de uma estratégia de contraexemplos, apresentando verdades que considera imunes à dúvida: as certezas matemáticas ($3 \times 3 = 9$), os princípios lógicos (não-contradição) e a certeza subjetiva da aparência (o exemplo do remo no rio). Ele culmina esse esforço com o argumento Si Fallor Sum ("se me engano, existo"), provando que a própria possibilidade do erro atesta a existência do sujeito. Contudo, a pesquisa, apoiada na lente de Blake Dutton, demonstra que tais refutações possuem alcance limitado. Dutton argumenta que Agostinho ataca o conceito de "verossímil" de Cícero de forma retórica, alegando ser impossível alguém seguir o "semelhante à verdade" sem conhecer a verdade. Para o cético, o persuasivo (pithanon), seria um critério subjetivo e não comparativo, o que tornaria a crítica de Agostinho um ataque à terminologia, e não à doutrina em si. A tese principal do trabalho destaca a criação de um "espantalho cético", por Agostinho. Diante da dificuldade de vencer os argumentos céticos em um campo filosófico neutro, Agostinho reinterpreta a história da Academia, sugerindo que Arcesilau e seus sucessores eram "platonistas esotéricos", que ocultavam verdades dogmáticas sob uma fachada de dúvida para combater o materialismo estoico. Ao transformar o cético em um "dogmático disfarçado", Agostinho neutraliza a força da dúvida e alinha a tradição acadêmica ao seu próprio projeto de síntese entre platonismo e cristianismo. Por fim, o trabalho explora a transição para o modelo fides quaerens intellectum (a fé que busca a compreensão). Agostinho propõe o "erro de não assentimento", exemplificado pela anedota dos viajantes, argumentando que a recusa em aceitar a autoridade divina impede a felicidade. O estudo conclui que Agostinho não consegue derrotar o ceticismo "dentro do jogo cético", mas muda as regras ao

estabelecer a fé como "medicina" necessária para purificar a mente decaída e torná-la apta a apreender a verdade absoluta, fundamentada em Deus.

A Superação da Falácia Descritiva: A Teoria dos Atos de Fala em J. L. Austin

Jefferson França da Silva, Alessandro Bandeira Duarte

Este resumo tem como objetivo principal demonstrar como a comunicação atua na construção da realidade, focando-se nas contribuições pioneiras do filósofo britânico J. L. Austin. O que será discutido é a sua Teoria dos Atos de Fala, que operou uma verdadeira revolução ao comprovar o princípio prático de que "dizer é fazer". Como metodologia, o trabalho estrutura-se a partir de uma revisão bibliográfica analítica das conferências da célebre obra "Quando Dizer é Fazer" (1962). O problema central, que norteia esta pesquisa, é o combate à chamada "falácia descritiva". Durante milênios, sob forte influência da visão clássica originada em Aristóteles, a filosofia assumiu que a linguagem operava apenas como um espelho passivo do mundo. Acreditava-se que a única função autêntica das sentenças era descrever a realidade, o que aprisionava a análise linguística a um julgamento estrito de bivalência: as frases só poderiam ser avaliadas como "verdadeiras" ou "falsas". Para solucionar essa visão redutora, a apresentação detalhará a grande descoberta de Austin: os proferimentos performativos. Ao observar os discursos cotidianos, o autor notou que emitir frases como "Eu aceito" (em um casamento) ou "Aposto 50 reais" não significa relatar ou descrever um fato de forma passiva, mas sim executar materialmente uma ação social e institucional. Como essas ações verbais não descrevem o mundo, elas escapam ao critério de verdade ou falsidade. A solução teórica criada por Austin para avaliá-las foi a "Doutrina das Infelicidades". Ele postula que, em vez de mentirosos, os atos de fala podem ser "felizes" (bem-sucedidos) ou "infelizes" (fracassados). Para que tenham sucesso, dependem do cumprimento de regras sociais objetivas: a existência de um procedimento validado pela sociedade e pessoas adequadas (Regras A), a execução correta e completa (Regras B), e a sinceridade das intenções (Regras Gama). Violações nessas regras geram "desacertos" (que anulam o ato pela raiz) ou "abusos" (atos executados, mas insinceros/sem efeito). Na reta final, a apresentação demonstrará a evolução e a autocrítica do pensamento de Austin. Ele percebeu que sua divisão inicial rígida entre frases constatativas (que descrevem) e performativas (que agem) enfrentava um novo problema: as constatações também sofrem infelicidades e os performativos também dependem de fatos do mundo. A solução definitiva para esse impasse foi a formulação de uma teoria geral e unificada da ação linguística. Austin estabeleceu que toda e qualquer frase realiza simultaneamente três dimensões: o ato locucionário (o ato físico e gramatical de articular palavras com sentido e referência), o ato ilocucionário (a força

convencional aplicada à frase, como ordenar, avisar ou prometer) e o ato perlocucionário (os efeitos materiais ou psicológicos causados no ouvinte, como convencer ou assustar) A apresentação será concluída mostrando de forma lúcida que dominar a linguagem é ir além do dicionário, compreendendo as forças pragmáticas e sociais que movem o discurso.

As possíveis aplicações filosóficas das lógicas livres

Wenderson Morais Da Fonseca, Alessandro Bandeira Duarte

"A lógica funciona por meio de um alfabeto composto por símbolos previamente adotados e regras de sintaxe que determinam como esses símbolos devem ser combinados para formalizar sentenças. A área é subdividida de acordo com a necessidade de uma ampliação em seu escopo de atuação para superar as limitações da lógica clássica. Para compreender essas ampliações, faz-se necessário, primeiramente, examinar a base sobre a qual eles se estruturam: a Lógica de Primeira Ordem. A Lógica de Primeira Ordem estende a lógica proposicional clássica ao quebrar a barreira atômica das proposições, permitindo uma análise interna e detalhada dos enunciados. Em invés de tratar uma sentença como um bloco indivisível, ela divide-a em termos singulares (sujeitos) e predicados (propriedades ou relações). Por exemplo, a frase ""Sócrates é mortal"" deixa de ser apenas uma variável P e passa a ser expressa como $M(s)$, onde "" s "" representa o nome próprio ""Sócrates"" e "" M "" o predicado ""ser mortal"". Já a Lógica de Primeira Ordem com Identidade ($LP=$) consiste em uma extensão direta da Lógica de Primeira Ordem clássica. A introdução do símbolo de igualdade ($=$) permite determinar que um objeto é idêntico a outro e, fundamentalmente, expressar que existe um único indivíduo com certa propriedade. Esse recurso é indispensável para traduzir sentenças complexas da linguagem natural, tais como ""o atual presidente do Brasil é careca"" ou ""o autor de Dom Casmurro é gago"", garantindo que há exatamente um único sujeito que satisfaz tais descrições. Um sistema de lógica clássico pressupõe que qualquer constante refere-se a um objeto existente. Logo, a sentença ""Pégaso existe"" é traduzida pela fórmula $Ex(x=p)$, em que a constante ' p ' representa o nome próprio ""Pégaso"". O sistema clássico valida essa sentença como logicamente verdadeira. Isso ocorre porque a própria semântica clássica exige que o termo denote um membro do domínio de discurso. Disso decorre a conclusão filosoficamente problemática de que Pégaso necessariamente existe, revelando a limitação envolvendo a lógica clássica e os termos não referenciais. Ao analisarmos a negação da sentença supracitada, ou seja, ""Pégaso não existe"" ($\sim Ex(x=p)$), defrontamo-nos com um impasse ainda mais profundo. Para que essa negação seja inteligível no sistema clássico, o termo "" p "" precisa designar um objeto existente no domínio; contudo, se o termo designa algo

existente, a afirmação de sua não existência torna-se contraditória. Assim, a lógica clássica nos força ao paradoxo de ter que pressupor a existência de Pégaso para podermos negar a sua existência, evidenciando a necessidade de sistemas alternativos, como as lógicas livres, que abandonam essa exigência ontológica. Diante de tal problemática, a presente pesquisa debruça-se sobre a investigação dos sistemas de lógica livre, pois nesses sistemas o pressuposto existencial comumente aceito no modelo clássico é deixado de lado, por conseguinte podemos lidar com termos que não se referem a nada no mundo real (como ""Papai Noel"", ""o atual rei da França""). Em suma, a aplicação dos sistemas de lógica livre oferece uma resposta rigorosa e elegante ao paradoxo denominado “Barba de Platão”, superando as limitações ontológicas da lógica clássica diante do problema do não-ser. Ao desvincular os termos singulares do compromisso existencial obrigatório e admitir termos não-referentes na linguagem, a lógica livre permite que nos refiramos a entidades fictícias ou inexistentes sem cair em contradição performativa. Dessa forma, ao viabilizar a expressão da inexistência diretamente através da negação do predicado existencial ($\sim E!x$), esse ferramental resolve o paradoxo ao garantir a validade e a coerência lógica do discurso sobre o que não existe.

Palavras Chave

Lógica Livre – Termos Singulares – Paradoxo de Platão – Sentenças existenciais negativas".

A filosofia grega, o “governo de si próprio” e a “vida bela”: uma abordagem foucaultiana

Isabelle Fonseca dos Santos, Luiz Celso Pinho

"A presente pesquisa tem por objetivo destacar qual é a concepção de filosofia que Michel Foucault (1926-1984) apresenta na terceira e última fase de sua obra, a chamada “genealogia da ética”. Não há textos (livros, capítulos, ensaios) que desenvolvam essa questão; ela se encontra distribuída de forma dispersa nos seus escritos. Nosso trabalho consiste, justamente, em extrair as passagens que permitam chegar a uma compreensão mais articulada. Tradicionalmente, a filosofia é concebida como a arte de ensinar o indivíduo a pensar. Por meio dela, é possível conhecer o que as coisas são de fato, para além das aparências, das impressões superficiais, Foucault, entretanto, envereda por outro caminho, ao definir a filosofia como uma atividade que almeja tornar os indivíduos capazes de governar suas próprias vidas de forma independente e autônoma. O pensar filosófico deixa de ser caracterizado como a busca de um conhecimento metafísico e passa a dizer respeito a um projeto de transformação pessoal. Os resultados

parciais das leituras e fichamentos realizados neste estudo indicam que, na Grécia Antiga, de acordo com Foucault, os filósofos tinham por objetivo desenvolver ativamente “o que se poderia chamar ‘artes da existência’. Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar” (Foucault, 1984, p. 15). O que se buscava era converter a própria vida numa espécie de “obra de arte”. Mas a construção de uma vida esteticamente bela exigia, antes de tudo, uma postura de controle, vigilância constante e exercícios (a chamada prática da “askesis”) no intuito de gerar a capacidade de o indivíduo “governar a si mesmo como se governa a própria casa” (Foucault, 1984, p. 71). Portanto, a independência (intelectual, existencial, emocional) gerada através dos exercícios fortalece a auto análise e, como resultado, o homem grego almejava se tornar autônomo e exercer o governo de si próprio, o que lhe permitiria “alcançar um certo estado (de tranquilidade, de domínio de si, de independência frente aos acontecimentos exteriores)” (Foucault, 2019, p. 137), ou seja, a prática da filosofia; numa perspectiva foucaultiana, com os devidos exercícios, resulta em indivíduos apto a alterar suas condutas cotidianas e a gerir seu papel social, convertendo sua própria existência em uma “vida bela”.

Bibliografia

FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984 (Introdução, item 1, “Modificações”, p. 9-16; e Capítulo I, item 3 “Enkrateia”, p. 60-72).

FOUCAULT, Michel. As confissões da carne. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2019. (Capítulo I, item IV: “A arte das artes”, p. 121-162)."

NÓSSIS DE LOCRI: A IDENTIDADE DA MULHER E O UNIVERSO FEMININO NOS EPIGRAMAS

Jennifer Monteiro da Silva Farias

A historiografia tradicional, de orientação positivista e androcêntrica, tendeu a relegar a mulher na Grécia Antiga a um estado de invisibilidade e passividade, tratando-a como sujeito secundário. Contudo, uma análise crítica das fontes revela que a condição feminina era definida por uma complexa dicotomia entre o oikos (espaço doméstico de gestão e reprodução da vida) e a pólis (espaço público de deliberação política e militar monopolizado pelos homens). Embora formalmente excluídas da cidadania jurídica e da instrução sistemática (Enkyklia Paideia) reservada à elite masculina, as mulheres desenvolveram saberes práticos, metodologias específicas e formas alternativas de competência social e religiosa.

O sistema patriarcal operava por meio de engenharias simbólicas e discursos normativos que fixavam a identidade feminina entre o estigma mítico de Pandora — vista como um flagelo inevitável e dissimulado — e o ideal pedagógico da "mulher-abelha" (mélissa), modelo que exaltava a reclusão, o trabalho têxtil, o recato e o silêncio como virtudes morais inquestionáveis. No período helenístico, contudo, esse paradigma começa a sofrer fissuras significativas. Neste cenário de transição cultural, destaca-se a atuação da poetisa Nóssis de Locri (séc. III a.C.), uma mulher letrada que encontrou na intimidade do lar e no tear o espaço e os temas para a sua produção literária. O objetivo principal desta pesquisa é investigar como Nóssis desafia o apagamento histórico e se autoinscrever em seus textos, analisando o papel da memória como um dispositivo tático de resistência e pertencimento feminino na Antiguidade. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem interdisciplinar e filosófica apoiada na revisão bibliográfica e na hermenêutica de doze epigramas sobreviventes atribuídos à autora, em diálogo com os fragmentos literários e com a fortuna crítica de estudiosos da área. Como resultado, constata-se que Nóssis se apropria do epigrama e, especificamente, do modelo do epitáfio fúnebre — gêneros tradicionalmente associados à memória pública e à inscrição em pedra — subvertendo-os a partir de uma perspectiva eminentemente feminina. Em vez de utilizar o epitáfio para comunicar a morte ou para reforçar o status reprodutivo e a submissão ao tutor masculino (kyrios), a poetisa o ressignifica para anunciar o seu nascimento e a sua permanência no mundo da poesia. Ao evocar o "estrangeiro" ou passante para ler seus versos em voz alta e ao omitir a genealogia patriarcal para se declarar herdeira direta de Safo de Mitilene e "querida das Musas" e de Afrodite, Nóssis rompe com as convenções de gênero e com as restrições formais de sua época. Conclui-se que sua autoinscrição poética atua como um monumento de Mnemosýne que vence o esquecimento de Léthe, elevando a experiência cotidiana do universo feminino à condição de universal e abrindo brechas fundamentais no cânone filosófico e cultural do Ocidente.

Nietzsche sobre o Renascimento e o Iluminismo

LUIZ FELIPE DO CARMO SILVA

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as considerações de Friedrich Nietzsche acerca do Renascimento e do Iluminismo, buscando compreender o papel que esses dois momentos históricos desempenham na constituição de sua crítica à modernidade. Em vez de tratá-los apenas como acontecimentos da história europeia, Nietzsche os mobiliza filosoficamente para pensar a origem, a transformação e a permanência dos valores que estruturam a cultura ocidental. Dessa forma, Renascimento e Iluminismo deixam de ser simples objetos de análise histórica e passam a funcionar como referências para a elaboração de conceitos

centrais de sua filosofia, como sentido histórico, genealogia, niilismo, espírito livre e transvaloração dos valores. A pesquisa parte da hipótese de que Nietzsche não procura reconstruir fielmente esses períodos, mas realiza uma leitura criativa da história, atribuindo-lhes um significado filosófico capaz de fundamentar sua crítica à metafísica, à moral cristã e às interpretações teleológicas da história. A apresentação pretende mostrar como essa leitura se modifica ao longo de sua obra, sobretudo a partir do período intermediário, quando ocorre seu afastamento do romantismo de influência schopenhaueriana e wagneriana e sua aproximação com autores do Iluminismo francês, especialmente Voltaire. Nesse contexto, o conceito de sentido histórico adquire importância decisiva, pois permite compreender que valores, crenças e formas de organização da vida não possuem um fundamento absoluto, mas são produzidos historicamente e transformados conforme diferentes relações de força. O Renascimento aparece, então, como uma tentativa de recuperar formas afirmativas de existência inspiradas na cultura greco-romana, valorizando indivíduos capazes de criar novos modos de vida e de afirmar a existência para além dos limites impostos pela moral cristã, ainda que essa tentativa permaneça incompleta. O Iluminismo, por sua vez, recebe uma avaliação mais complexa. Nietzsche aproxima-se do espírito crítico representado por Voltaire e pelo ideal do espírito livre, valorizando sua oposição ao dogmatismo religioso e sua defesa da autonomia intelectual, mas dirige severas críticas às tendências igualitárias e moralizantes que identifica em parte do projeto iluminista, sobretudo na influência de Rousseau e de seus desdobramentos na cultura moderna. Assim, a pesquisa procura evidenciar que Nietzsche não estabelece uma simples oposição entre Renascimento, Iluminismo e modernidade, mas utiliza esses momentos históricos como instrumentos para compreender o processo de formação dos valores e desenvolver uma crítica filosófica da cultura ocidental. Desse modo, busca-se mostrar que sua reflexão sobre esses períodos está diretamente ligada ao desenvolvimento do método genealógico e ao projeto de transvaloração dos valores, constituindo um dos aspectos fundamentais de sua filosofia madura.

Metafísica e realidade social: a roda da fortuna

Yago Gregório Souza de Medeiros

"O presente texto parte da distinção aristotélica entre *energeia* e *kinesis*, presente no livro IX da Metafísica, para examinar como essa distinção entre movimento com fim interno e movimento com fim externo é um instrumento filosoficamente relevante, cuja fecundidade se estende para além do contexto ontológico em que foi originalmente forjado. Aristóteles, ao responder à objeção dos Megáricos, que reduziam todo ato à sua execução imediata, propõe uma divisão fundamental: há

atos cujo fim é interno à própria atividade (energeia) e atos cujo fim lhe é externo (kinesis). Essa solução, para além de seu propósito inicial, revela-se uma ferramenta conceitual poderosa para pensar o movimento em suas múltiplas determinações. Em Hegel, a energeia é retomada e transposta do domínio da ontologia natural para o da lógica especulativa, tornando-se princípio de efetividade (Wirklichkeit) como autodeterminação teleológica do real. Nesse novo quadro, forma e atividade coincidem, e o Conceito deixa de ser uma abstração subjetiva para se apresentar como ""alma viva"" do efetivo. A apropriação hegeliana não é mera repetição, mas uma radicalização: o movimento que retorna a si mesmo é o próprio movimento do real em sua autorrealização. A partir dessa leitura, o texto explora a noção de ""movimento abortado"", aquele que não retorna a si mesmo, e o relaciona com a crítica da economia política, especialmente por meio dos conceitos de atualização (Verwirklichung) e desatualização (Entwirklichung) propostos por Rocío Zambrana. Tento reproduzir as conclusões de Zambrana, segundo as quais, no capitalismo, a atualização do capital implica a desatualização do trabalhador, configurando um movimento ambivalente e externo. O trabalho, ao se realizar nas condições objetivas da produção capitalista, o faz como uma realidade alheia ao trabalhador, que se vê despojado de sua própria efetividade. Essa dinâmica ambivalente mostra que o mesmo movimento que atualiza um polo desatualiza o outro, e que essa dupla face é constitutiva da própria lógica de valorização do capital. Com a distinção de Zambrana, vou ao texto escrito por De Caux e Catalani para sugerir uma homologia estrutural entre a situação nacional e o indivíduo brasileiro, apoiado no preciso desfecho dos autores, de que a dinâmica da formação nacional produz um ""giro no vazio"" e uma ""inércia estrutural"". Para os autores, a formação social brasileira se caracteriza por sucessivas tentativas de conciliação que, em vez de superar as contradições, apenas as reiteram em outro nível, produzindo um movimento que se completa como repetição, não como superação. O ""atrasado"" não é o que precisa ser superado pelo ""moderno""; ele é a condição de possibilidade do moderno – estrutura que encontra seu correlato subjetivo no sentimento cotidiano de desajuste do trabalhador brasileiro. Ao fazer esse caminho, um percurso que vai de Aristóteles a Hegel e da crítica marxiana à realidade brasileira, pretendo apontar para a importância da distinção entre movimento interno e externo como uma chave conceitual decisiva para compreender as formas contemporâneas de dominação e imobilidade social. A desatualização, nesse quadro, não se confunde com imobilidade, mas designa um movimento incessante e sem retorno, no qual o trabalhador, lançado para fora de si desde sua origem, mantém a roda do capital em giro sem poder dela se apropriar. A distinção aristotélica, assim, revela-se não apenas um marco na história da filosofia, mas um instrumento vivo para o diagnóstico do presente.

Autores utilizados: Aristóteles, Luiz Philipe de Caux, Felipe Catalani, Hegel, Karen Ng e Rocío Zambrana."

Do olhar masculino à subversão de gênero: Leonor Fini e a crítica feminista ao surrealismo

LARA DA SILVEIRA CRUZ, Pedro Hussak van Velten Ramos

As discussões sobre gênero, intensificadas a partir da década de 1990, promoveram importantes transformações na História da Arte ao questionarem os critérios tradicionais de construção do cânone artístico e ampliarem a visibilidade de artistas historicamente marginalizadas. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar, a partir das contribuições teóricas de Judith Butler, de que maneira a perspectiva de gênero possibilita uma releitura crítica do Surrealismo e da produção artística de Leonor Fini. A pesquisa parte do entendimento de que a História da Arte foi construída, durante muito tempo, por perspectivas predominantemente masculinas, o que influenciou tanto a seleção dos artistas considerados relevantes quanto as interpretações produzidas sobre suas obras. Embora o Surrealismo tenha atribuído grande importância à figura feminina, frequentemente a representou por meio de imagens associadas ao mistério, ao desejo e à idealização, reforçando concepções produzidas a partir do olhar masculino. Para investigar essa questão, adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico, fundamentada principalmente nas reflexões de Judith Butler acerca da construção social e performativa do gênero, articuladas às contribuições de James Clifford sobre o Surrealismo e aos estudos contemporâneos dedicados à revisão historiográfica das artistas surrealistas. Além da pesquisa bibliográfica, são analisadas obras selecionadas de Leonor Fini, buscando compreender de que maneira suas representações do feminino estabelecem um diálogo crítico com os padrões visuais predominantes no movimento surrealista. A análise das obras evidencia que Fini constrói figuras femininas que ocupam posições de poder, autonomia e protagonismo, rompendo com representações pautadas pela passividade e pela objetificação recorrentes em parte da produção surrealista. Observa-se, ainda, a presença de elementos simbólicos que tensionam as fronteiras entre masculino e feminino, contribuindo para uma compreensão mais complexa da identidade e das relações de gênero. Esses resultados demonstram que a produção da artista não apenas se distancia dos modelos tradicionais de representação da mulher, mas também amplia as possibilidades interpretativas do próprio Surrealismo. Dessa forma, a pesquisa evidencia que a perspectiva de gênero constitui uma importante ferramenta metodológica para a revisão crítica da História da Arte, possibilitando novas interpretações sobre o movimento surrealista e contribuindo para o

reconhecimento de artistas historicamente invisibilizadas. Ao articular a teoria de Judith Butler com a análise da obra de Leonor Fini, o estudo demonstra a relevância das abordagens contemporâneas de gênero para ampliar a compreensão das relações entre arte, identidade e representação, favorecendo uma leitura mais crítica das narrativas historiográficas e incentivando novas pesquisas sobre artistas marginalizadas pela historiografia tradicional.

Vida e Liberdade no pensamento de Albert Camus

João Victor Vial dos Santos, Danilo Bilate de Carvalho

"Esta pesquisa, de natureza bibliográfica, ocorreu através de leituras pautadas em obras filosóficas, especificamente de Friedrich Nietzsche e Albert Camus, além de artigos acadêmicos de literatura secundária, o que configurou sua metodologia. O objetivo desta pesquisa foi o de ampliar o debate acerca da filosofia contemporânea sobre o pensamento de Albert Camus, seus temas, conexão com outros pensadores e suas filosofias, além de sua repercussão, visando inaugurar uma interpretação acerca dos conceitos de Vida e Liberdade segundo a perspectiva do absurdo camusiano, culminando no enaltecimento de um possível pensamento de cunho vitalista em sua filosofia. Partindo do pressuposto do niilismo como um fato persistente que compõe mundo, Camus apresenta, no início do Mito de Sísifo, um questionamento essencial para o desenvolvimento de sua teoria: "'A vida vale ou não vale a pena ser vivida?'"'. Através da figura de Galileu, Camus ensaia sua resposta ao questionamento feito e começa a se posicionar sobre os temas de vida e morte. Com a introdução do conceito de absurdo e a presença do suicídio, bem como do homicídio, o filósofo argelino aponta para uma relação pragmática do homem para com a morte e a vida: Enquanto a morte deve ser afastada e evitada, a vida deve ser mantida. Tal posicionamento é endossado por meio da resposta que o homem deve ao absurdo, configurando sua resistência ante um mundo configurado pelo niilismo e pela Morte de Deus. Com a percepção de Camus de que o suicídio resulta na anulação de qualquer situação, uma ofensa direta à vida e uma declaração de vitória por parte do absurdo, acabar com a vida, nesse sentido, é esgotar também a liberdade, logo, a possibilidade da revolta. Tendo em vista a vida tanto como algo necessário para filosofar quanto algo marcado pela resistência e, desse modo, a superação da condição absurda, Camus esbarra na necessidade da liberdade — enquanto um limite, no sentido de ser algo que não deve ser confrontado, e sim exercido moderadamente; enquanto uma necessidade, tendo em vista que sem liberdade a vida não consegue se dar adequadamente — densificando tal conceito. Como alguém que viveu episódios bélicos e atravessou um período conturbado da história da humanidade, presenciando a ascensão de sistemas como o Nazismo e o Socialismo, Camus desenvolve a ideia de suicídio

filosófico, conectando a vida e a liberdade não somente à prática e ao fato biológico, mas às ideias, ao passo que, em certa medida, unifica o cotidiano e as teorias. Dessa forma, o suicídio filosófico constrói o cenário onde há uma pessoa que age, mas que não é livre, já que não desfruta de sua liberdade intelectual e abre mão do senso crítico, vivendo, morrendo ou matando por aquilo que apoia. Assim, como resultado desta pesquisa, conclui-se que as ideias de vida e liberdade devem ser configuradas por sua relação com o absurdo e que sua codependência deve ser mantida, uma vez que a vida sem liberdade viria a ser marcada pela doutrinação, culminando em extremismos, e a liberdade não se dá sem que exista um alguém para desfrutá-la, nos levando à morte ou ao suicídio, portanto, garantindo a manutenção do absurdo e uma realidade marcada pela ausência de valores e de qualquer sentido. Desse modo, concluimos que é possível traçar definições acerca daquilo que se entende por Vida e Liberdade na teoria de Camus, demonstrando, ademais, uma relação entre esses conceitos e o papel de seus opostos: Morte e Doutrinação — contribuindo com uma chave de leitura para sua teoria."

